

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.362 - RS (2019/0002188-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **AIRTON OTTON**
ADVOGADO : **JOSÉ RENATO BROSINA E OUTRO(S) - RS013272**
RECORRIDO : **MARIA DE LOURDES CHEROBINI**
ADVOGADO : **JOÃO CLAIR PEREIRA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS062304**
AGRAVANTE : **ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
ADVOGADOS : **CARINE ANELI MARTINS TRINDADE E OUTRO(S) - RS057300**
: **DANIELE RAKOWSKI JANOVIK - RS097632**
AGRAVADO : **MARIA DE LOURDES CHEROBINI**
ADVOGADO : **JOÃO CLAIR PEREIRA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS062304**

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **AIRTON OTTON**, com fundamento nas alíneas *a* e *c*, inciso III, artigo 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 1345, e-STJ):

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. AGIR CULPOSO DEMONSTRADO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO.

I. Preliminar suscitada na apelação da AFPERGS. Ilegitimidade passiva. O atendimento médico em questão foi realizado dentro do Hospital Ernesto Dornelles, administrado pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - AFPERGS. Ademais, o próprio médico requerido afirmou em seu depoimento pessoal que era plantonista do Hospital Ernesto Dornelles quando da transferência da demandante para o nosocômio, o que afasta a alegação de que apenas era credenciado ao mesmo. De qualquer forma, a eventual inexistência de vínculo empregatício entre o hospital e o médico que presta o atendimento nas suas dependências não afasta a legitimidade do nosocômio pela falha na prestação do serviço. Preliminar rejeitada.

II. A responsabilidade civil é a obrigação de reparar o dano causado a alguém. Os hospitais, na qualidade de fornecedores de serviço, respondem objetivamente pelos danos causados aos seus pacientes, ou seja, independente de culpa, na forma do art. 14, caput, do CDC, bastando a comprovação do prejuízo e do nexo de causalidade entre a ação (comissiva ou omissiva) e o dano.

III. No que se refere à responsabilidade civil do médico, tal como se dá em relação aos demais profissionais liberais, é necessária a análise subjetiva de sua conduta, não prescindindo da demonstração do agir culposos para sua caracterização (art. 14, § 4º, do CDC).

IV. No caso concreto, a perícia médica realizada nos autos concluiu pela existência de erro técnico no procedimento cirúrgico da fratura da extremidade distal do fêmur, o qual, apesar de não deixar sequelas, o causou sofrimento doloroso à autora e lhe obrigou a passar por nova

cirurgia, apesar do seu quadro clínico delicado.

V. Assim, reconhecida a conduta ilícita dos requeridos e caracterizado o dano moral *in re ipsa*, cabível a indenização postulada, observada a condição social do autor, o potencial econômico dos réus, a gravidade do fato, o caráter punitivo-pedagógico da reparação e os parâmetros adotados por esta Câmara em casos semelhantes. A correção monetária pelo IGP-M incide a partir do arbitramento, na forma da Súmula 362, do STJ. Os juros moratórios são devidos desde a data do evento danoso, de acordo com a Súmula nº 54 do Superior Tribunal de Justiça, à base de 1% ao mês, na forma do art. 406, do Código Civil, em consonância com o disposto no art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional.

VI. De acordo com o art. 85, § 11.º do CPC, ao julgar recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado vencedor, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento. Contudo, os honorários já foram arbitrados no patamar máximo de 20% do valor da condenação, descabendo qualquer majoração.

PRELIMINAR REJEITADA.

APELAÇÕES DESPROVIDAS.

Nas razões do recurso especial (fls. 1399/1402, e-STJ), o recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, que o termo inicial dos juros moratórios é a data da citação e a correção monetária deve iniciar a partir da data da publicação da sentença ou acórdão em que se fixou o *quantum* indenizatório.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso na origem (fls. 1454/1465, e-STJ), subiram os autos a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Como é cediço, o recurso especial é um meio impugnativo processual de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera nos termos do que foi impugnado.

Assim, a ausência de indicação clara e expressa dos dispositivos legais cuja interpretação conferida pela Corte de origem estaria a divergir daquela adotada por outros tribunais inviabiliza o exame do recurso especial fundado tanto na alínea "a", quanto na alínea "c", do permissivo constitucional, na medida em que não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.

Dessa forma, é de rigor a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal:

“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONCORRÊNCIA DESLEAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. SÚMULA 284/STF. VULNERAÇÃO AO ART. 1.092 DO CC/1916. NÃO CONHECIDA EM RAZÃO DOS ÓBICES DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA

AOS ARTS. 2º, 128, 458, II, E 460 DO CPC/73. TEMAS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. **NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. (...) 4. A falta de indicação do dispositivo legal supostamente violado e/ou de interpretação pretoriana divergente configura deficiência recursal, por não permitir a exata compreensão da controvérsia, e não enseja a abertura da via especial, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Aplicação, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.** 5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1408090/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 22/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. NÃO COMPROVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA OBRIGATÓRIA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. **FALTA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS. SÚMULA Nº 284 DO STF.** OFENSA A ENUNCIADO SUMULAR. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 518 DO STJ. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. (...) **3. Quanto ao dissídio jurisprudencial, não foi indicado nas razões recursais o dispositivo infraconstitucional tido por violado, exigência essa que deve ser cumprida tanto para o recurso especial interposto com base na alínea a quanto para o manejado com fulcro na alínea c do permissivo constitucional, sendo, portanto, imperiosa a incidência da Súmula nº 284 do STF.** (...) 6. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no AREsp 1282835/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISPOSITIVO VIOLADO. NÃO INDICAÇÃO. 1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). **2. É firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a falta de indicação, clara e precisa, de dispositivo de lei federal de cuja interpretação o acórdão impugnado divergiu implica deficiência na fundamentação do recurso especial.** 3. No caso, não há como afastar a incidência do óbice contido na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, porquanto o recorrente não se desincumbiu de apontar, na fundamentação do apelo extremo, qual

norma legal teria sido violada, procedimento indispensável ao conhecimento do recurso interposto com fulcro nas alíneas "a" ou "c" do permissivo constitucional. 4. Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC/2015). 5. Agravo interno desprovido. Imposição de multa na alíquota máxima, à vista do diminuto valor atribuído à causa. (AgInt no AREsp 436.679/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 19/04/2018)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. SUCESSÃO DE CÔNJUGE. DISPOSITIVO VIOLADO. INDICAÇÃO PRECISA. AUSÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE DISSÍDIO PRETORIANO. **FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.** 1. O princípio da primazia do julgamento do mérito somente se aplica aos recursos interpostos sob a égide do novo ordenamento de processo civil. **2. A falta de indicação precisa de qual o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação foi tida por violada caracteriza deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Incidência da Súmula 284-STF.** 3. Requisito de conhecimento do recurso especial interposto com base em dissídio pretoriano é a demonstração analítica da alegada divergência, com a transcrição dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1073482/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial interposto por AIRTON OTTON.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator